



Anais da Assembléia

Nº 130

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 28 DE AGOSTO DE 1996

ANOXXII

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY
Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK
1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN
2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CARLOS MARTINS
1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA
2º Secretário - PFL

EDGAR BUENO
3º Secretário - PDT

JOÃO TECHI
4º Secretário - PPR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Governo	Deputado ALGACI TÚLIO
PDT	Deputado VALDIR ROSSONI
PMDB	Deputado TOTI COLAÇO
PFL	Deputado ÉLIO LINO RUSCH
PT	Deputado IRINEU COLOMBO
PPB	Deputado DUÍLIO GENARI
PSDB	Deputado CESAR SILVESTRI
PTB	Deputado NELSON JUSTUS

Representação Partidária

PDT – 11: Algaci Túlio - Edgar Bueno - Edno Guimarães - Joel Coimbra - Luiz Carlos Martins - Antonio Belinati - Luiz Carlos Zuk - Luiz Accorsi - Milton Puppino - Nelson Tureck - Valdir Rossoni; PSDB – 10: Albanor Gomes - Antonio Annibelli - Beto Richa - José Maria - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Edson Silva Lino - Jocelito Canto - Ricardo Chab - Sergio Spada; PMDB – 10: Durval Amaral - Cleiton Kielse - José Tavares - Calcelito Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Renato Adur - Sâmis da Silva - Toti Colaço; PTB – 07: Anibal Khury - Nelson Justus - Eduardo Trevisan - Luiz Carlos Alborghetti - Hermas Brandão - Marquinhos Alves - Geraldo Cartário; PPB – 06: Duílio Genari - Neivo Beraldin - Irondi Pugliesi - João Techy Filho - Cesar Seleme - Augustinho Zucchi; PFL – 05: Basílio Zanusso - Élio Lino Rusch - Nelson Garcia - Remy Borsatto - Plauto Miró Guimarães; PT – 05; Angelo Vanhoni - Pércles Mello - Emerson Nerone - Florisvaldo Fier - Irineu Colombo.

2.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 13.^a LEGISLATURA
ATA DA 80.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 28 DE AGOSTO DE 1996.

(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, secretariada pelos Senhores Deputados Cesar Seleme e Nelson Tureck.

Às dez horas é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Aníbal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Techy Filho, Albanor Gomes, Algaci Túlio, Ângelo Vanhoni, Antonio Belinati, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Silva Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Hidekazu Takayama, Irineu Colombo, Irondi Pugliesi, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, José Tavares, Jocelito Canto, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli, Marquinhos Alves, Miltinho Puppio, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Renato Adur, Renv Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (52). Achando-se em licença os Senhores Deputados Edgar Bueno e Plauto Miró Guimarães (02).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1.^o SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Requerimentos:

REQUERIMENTO N.^o 864

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4.^o do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da Redação Final para os projetos aprovados em 2.^a Discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 28.08.96.

(a) NELSON TURECK

REQUERIMENTO N.^o 862

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário retirada por dez sessões do item 03, 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.^o 449/95, de autoria dos Deputados Dr. Rosinha, Emerson Nerone, Péricles de Mello, Ângelo Vanhoni e Claudio Romanelli, constante da Ordem do Dia da presente sessão (28/08).

Sala das Sessões, em 28.08.96.

(a) VALDIR ROSSONI

REQUERIMENTO N.^o 863

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a retirada por dez sessões do Projeto de Lei n.^o 355/96, de autoria do Deputado Beto Richa, em 2.^a Discussão na Ordem do Dia da presente sessão.

Sala das Sessões, em 28.08.96.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N.^o 861

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação, na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, de voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Darci Camargo Fontana, ocorrido em 22/08/96 nesta Capital.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 28.08.96.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Com a idade de 54 anos faleceu, nesta Capital, em 22/08/96, o ex-Vereador do Município de Piraquara, Darci Camargo Fontana, que deixou viúva Dona Maria G. Fontana e 03 filhos.

O passamento de Darci C. Fontana, veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos, dentre os quais este Parlamentar.

Darci Fontana era funcionário da DIPAVE em Curitiba.

O destino privou seus familiares do seu convívio, entretanto, no céu as mãos têm muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos; sua alma engrandecerá o Senhor, que olhará para a condição humana de Seu servo Darci.

O tempo e a distância jamais poderão apagar de nosso coração a lembrança daquele que soube conquistar a nossa amizade.

Será grande o céu e a paz sobre Darci

Camarão Fontana, e o seu descanso não terá fim desde agora e para todo o sempre.

Deus nos ensinou a falar como alguém que aprende Dele, para que saibamos dar uma palavra de conforto à pessoa abatida. Senhor, abençoe a família de Darci Fontana para que continue no ambiente de paz e harmonia construindo uma sociedade mais humana, mais justa e mais santa sempre no caminho do amor e da justiça. É reta a palavra do Senhor, e tudo o que Ele faz merece fé. Deus ama o direito e a justiça, transborda em toda a terra a sua graça. Guardará seu servo Darci sob sua constante proteção, para que renovado pelos sacramentos pascais chegue à luz da ressurreição alargando os horizontes do nosso coração, fazendo com que nossas preces se abram em todas as direções para que possamos colher com fé e viver com amor o mistério de que nos deu participar.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por intermédio deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Fontana, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO N° 867

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação, na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, de voto de congratulações e aplausos a Sua Excelência Reverendíssima Dom Pedro Fedalto, Arcebispo Metropolitano quando comemora 70 anos de idade, 42 anos de sacerdócio, 30 anos de sagração episcopal e 25 anos como Arcebispo de Curitiba.

Requer outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência a Dom Pedro Fedalto.

Sala das Sessões, em 28.08.96.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

É grande a satisfação que sentimos ao constatar que um prelado da estirpe de Sua Excelência Reverendíssima Dom Pedro Fedalto, completa 70 anos de existência, 42 anos de sacerdócio, 30 anos de sagração episcopal e 25 anos como Arcebispo de Curitiba.

Honra-nos sobremodo, saudar nosso Arcebispo Metropolitano Dom Pedro Fedalto. Sem compreendemos quão árduo é o seu sacerdócio. E, nós que pertencemos ao imenso rebanho do meigo sábio da Galiléia, aqui estamos para atender e receber sua bênção paternal.

A ação de Sua Excelência Reverendíssima tanto na esfera religiosa, como no campo do amparo social, é um penhor seguro de conforto para as almas que se acham sob sua jurisdição eclesiástica.

Passar pelo mundo fazendo o bem é apatrimônio dos bons. Viver em meio de uma sociedade e conquistar-lhe a estima e a veneração é uma felicidade. Foi o que conquistou Dom Pedro Fedalto, alma generosa, feita de amor e bondade. Nem poderia ser de outra forma. Dedicado até ao sacrifício, não conhece o cansaço quando se trata de aliviar a dor alheia. Onde há um sofredor, lá está Dom Pedro Fedalto a esparzirlhe sobre a fronte os eflúvios da caridade divina.

Sua palavra de amor e perdão tem o dom de vencer até os mais emperdenidos, porque todos veem o pastor sóbrio e generoso.

Que Deus o conserve Dom Pedro Fedalto, para o bem de todos nós e glória de seu serviço, é o que deseja ardentemente, a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por intermédio deste Deputado.

REQUERIMENTO N° 860

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado ofício ao Senhor Carlos Antonio Teixeira de Freitas, Digníssimo Diretor Presidente da SANEPAR, solicitando providências para a liberação de um caminhão-pipa para atender famílias assentadas no Bairro São João do Rio Vermelho, no Município de Jundiá do Sul. Requer, ainda, seja dado ciência do presente ao Senhor Aurélio Martiniano Gomes, Prefeito Municipal do referido município.

Sala das Sessões, em 28.08.96.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

Em vista do longo período de estiagem pelo qual passa o Norte Pioneiro, especificamente o Município de Jundiá do Sul, faz-se extremamente necessária a liberação de um caminhão-pipa, eis que o Bairro São João do Rio Vermelho, onde se encontram 85 famílias assentadas, já não dispõe de água potável, encontrando-se em situação bastante crítica.

REQUERIMENTO N° 865

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, o envio de expediente ao Senhor Leôncio Vieira de Rezende Netto, Presidente Diretor da TELEPAR, solicitando a instalação de telefone público comunitário na Panificadora Rio, rua Rio Piquiri, 900 esquina com a Rua Paranapanema, Bairro Iguaçu II, Fazenda Rio Grande.

Sala das Sessões, em 28.08.96.

(a) DOUTOR ROSINHA

Projeto de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 010/96

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - A partir de 1° de setembro do corrente ano, os vencimentos dos servidores e empregados públicos, ativos e inativos, de cargos efetivos, em comissão e funções gratificadas, do Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná ficam reajustados em 33,36% (trinta e três vírgula trinta e seis por cento) sobre os vencimentos de agosto de 1995.

Art. 2° - As despesas decorrentes do reajuste determinado no artigo 1° desta lei correm por conta do orçamento da instituição citada.

Art. 3° - No caso do Poder Executivo determinar aos seus servidores e empregados públicos reajuste superior a 33,36%, este será suplementado, de uma só vez, até alcançar ao percentual oficial.

Art. 4° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28.08.96.

(aa) IRINEU COLOMBO

DOCTOR ROSINHA

ÂNGELO VANHONI

EMERSON NERONE

PÉRICLES DE MELLO

Apoio: Luiz Carlos Zuk.

JUSTIFICATIVA:

É notória a perda salarial imposta aos servidores e empregados da Assembléia Legislativa e aos demais, de outros Poderes - Executivo e Judiciário -, em virtude da depreciação do valor de compra da moeda frente as altas de preços, que desde agosto de 1995, sem contar as perdas acumuladas de anos passados. Todavia, pelos limites legal e constitucional, esta emenda não pode alcançar os demais Poderes.

Cumprido ressaltar que o percentual de 33,36% proposto está longe de satisfazer, tampouco recompor o poder aquisitivo dos salários dos servidores, pois desde 1990 eles perderam, a média de 138,84% (cento e trinta e oito vírgula oitenta e quatro por cento) de seu poder de compra, conforme estudos, anexo.

Contudo, os 33,36% tem sua base nas perdas salariais, somente, neste Governo Lerner. Não se trata de majoração de salário, pois não inclui qualquer aumento real; apenas um ajustamento de valores originais, via indexador oficial, que traduz a variação do poder aquisitivo da moeda em dado período.

Trata-se, portanto, do mínimo dos mínimos, mas extremamente necessário para quem tem como única fonte de renda, o sa-

lário produto de seu trabalho. Tal é que, acreditamos, pelo exemplo de ganhos reais concedidos pelo governo estadual aos professores; policiais civis e militares; fiscais da coordenação da receita do estado - CRE-; advogados e procuradores; delegados, entre outros, que o reajuste dos servidores e empregados públicos, até o momento não ocorrido, também será acima da inflação, e com certeza bem maior que os 33,36%. Até por uma questão isonômica, como prescrevem as Cartas Magnas, federal e estadual, o reajuste salarial oficial deverá ultrapassar o dobro do ora proposto. Esta certeza foi que orientou a elaboração do art. 6° desta proposição.

E reiteramos que a urgência da concessão do reajuste proposto justifica-se na medida que a realidade do desemprego e dos baixos salários conduzem ao acirramento da violência, do mal estar de todos, da baixa produtividade, da falta de segurança e da falta de humanidade. Se não bastassem estas razões, há o direito dos servidores e empregados públicos de terem garantido seus salários, sem redução, e de forma isonômica como inscreve a Lei Maior.

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI N° 405/96

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública, a Seara Espírita Mãe Apolonia, com sede e foro na Comarca de Ponta Grossa, Estado do Paraná.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28.08.96.

(a) JOCELITO CANTO

JUSTIFICATIVA:

Tem como objetivo a Seara Espírita Mãe Apolonia, a prática da caridade cristã, inclusive através de obras assistenciais e promoção humana.

Trata-se de estudo, difusão e prática de espiritismo puro e evangélico, aberto ao público, dando total assistência ao menor abandonado (orfanó) a família cristã em geral e especial aos velhinhos.

A Seara Espírita Mãe Apolonia, se compromete através de seu Presidente, Conselho, Diretoria e demais Membros respeitar e fazer valer todas as Leis da Constituição Nacional as autoridades constituídas, mantendo em suas fileiras homens dotados de espírito de fé, amor e esperança, jamais permitindo que o ódio, a vingança e a tirania venham dominar a nossa Pátria.

A caridade sem discriminações, a fi-

lantropia em todos os seus limites, e a fraternidade irmanando todos os homens perante Deus, o Supremo Criador.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Não há oradores no Pequeno Expediente.

Passamos ao horário das Lideranças. Concedo a palavra ao Senhor Deputado João Techy Filho.

O SR. JOÃO TECHY FILHO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Gostaria de fazer a menção da semana anterior, onde a gente, dentro de vários acontecimentos na comunidade ucraniana, também foi entregue aqui, pela Assembléia Legislativa, o título de Cidadão Benemérito ao Dr. Afonso Antoniuk, no dia vinte e dois. Coincidentemente, também naquela semana, estava aqui, em Curitiba, o Embaixador da Ucrânia, que naquela programação, ainda da vinda do Presidente ucraniano, onde se inaugurou a Embaixada, em Brasília, foi inaugurado no dia vinte e quatro o Consulado Geral, aqui para o Brasil, com sede em Curitiba.

Foi um trabalho, da própria comunidade, juntamente com seus representantes e do próprio governo. Comunidade que veio há cem anos, ficando mais tranquilizados, uma vez que o Brasil e a Ucrânia mantêm relações diplomáticas, que faltava pela questão que não havia entre o Brasil e a Ucrânia, uma república comunista, qualquer relacionamento.

Gostaria de manifestar para conhecimento dos Deputados, hoje já temos um Consulado Geral já funcionando, aqui na Rua Tibagi.

Então, era isso que gostaria de manifestar, agradecendo a todos os Deputados a aprovação do projeto e também do título de Cidadão Benemérito ao meu colega, médico, Doutor Afonso Antoniuk.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Pela ordem concedo a palavra ao ilustre Deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Senhor Presidente. No dia de ontem, o Deputado Augustinho Zucchi, já se pronunciou nesse Plenário acerca da reunião que está acontecendo nesse instante, no Plenário da Assembléia. É uma reunião que conta com a presença de lideranças do Ministério da Agricultura e é uma reunião organizada pela FETAEP, pela Comissão de Agricultura da Assembléia, que visa justamente discutir a questão da agricultura familiar, a implantação desse mecanismo a nível de Estado do Paraná, a obtenção de recursos, através do PRONAF e tantas outras coisas.

Nesse sentido, mais uma vez, conclamamos aos Senhores Deputados, para que tão logo encerre a presente sessão, que possamos nos dirigir ao Plenário da Assembléia e acompanhar o desenrolar daquela reunião tão importante para a agricultura paranaense, já que o Paraná é um Estado tradicional da agricultura, com predominância da pequena propriedade.

A reunião já está acontecendo e convidado, em nome do Deputado Augustinho Zucchi, todos os Senhores Deputados para prestigiarem a reunião de hoje, no Plenário da Assembléia. Até o almoço, estaremos lá conversando sobre a agricultura do Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Encerrado o Horário das Lideranças. Passa-se à

ORDEM DO DIA,
com a presença de 52 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de resolução de autoria dos Senhores Deputados Irineu Colombo, Doutor Rosinha, Ângelo Vanhoni, Emerson Nerone e Péricles Mello, com apoio do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk devidamente apoiado, constante do expediente. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados.

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n° 198/96, que extingue e cria na estrutura do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas do Estado, os cargos que especifica e dá outras providências. **Aprovado.**

COMISSÃO DE REDAÇÃO

REDAÇÃO FINAL

PROJETO DE LEI N° 198/96

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Ficam extintos da estrutura do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas, os seguintes cargos de provimento efetivo: 04 (quatro) cargos de Revisor Assistente, RA-4/I; 03 (três) cargos de Auxiliar Administrativo, AD-10/I; 04 (quatro) cargos de Datilógrafo, DT-9/I e 02 (dois) cargos de Auxiliar de Controle, AC-8/I, todos de provimento efetivo.

Art. 2° - Ficam criados na estrutura do Quadro de Pessoal do Tribunal de Con-

tas, os seguintes cargos: a) de provimento em comissão: 01 (um) cargo de Assistente Administrativo da Presidência, simbologia DAS-2; 07 (sete) cargos de Assessor Administrativo de Conselheiro, simbologia DAS-3; 02 (dois) cargos de Assessor Administrativo da Procuradoria-Geral, simbologia DAS-3; 01 (um) cargo de Assessor Técnico da Coordenadoria-Geral, simbologia DAS-4; 04 (quatro) cargos de Oficial de Gabinete da Presidência, simbologia 1-C; b) de provimento efetivo: 01 (um) cargo de Consultor Jurídico; 01 (um) cargo de Consultor Técnico 1/I; 01 (um) cargo de Assessor Parlamentar simbologia DAS-2.

Art. 3° - O vencimento básico do Consultor Técnico será igual ao do Consultor Jurídico.

Art. 4° - As despesas decorrentes desta lei correrão à conta do Orçamento Próprio do Tribunal de Contas.

Art. 5° - Fica revogado o art. 7°, da Lei n° 10.124, de 29 de outubro de 1992.

Art. 6° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 26.08.96.

(aa) BASÍLIO ZANUSSI - Presidente

HIDEKAZU TAKAYAMA - Relator

DISTRIBUIÇÃO DOS NOVOS CARGOS PROPOSTOS

CARGO	QUANT.	DENOMINAÇÃO PROPOSTA
DAS-2	1	Assist. Admin. Presid.
DAS-3	7	Asses. Admin. de Consel.
DAS-3	2	Asses. Admin. Proc-Geral
DAS-4	1	Asses. Téc. Coord-Geral
1-C	4	Oficial de Gabin. Presid.
Consultor Jurídico	1	Consultor Jurídico
Consultor Técnico	1	Consultor Técnico 1/I
DAS-2	1	Assessor Parlamentar

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n° 357/96, que altera a Lei n° 7.297, de 08 de janeiro de 1980 (Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná) Comarca de Sarandi. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

COMISSÃO DE REDAÇÃO

REDAÇÃO FINAL

PROJETO DE LEI N° 357/96

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica criada a Comarca de Sarandi.

Art. 2° - Fica criado 01 (um) cargo de Juiz de Direito de entrância inicial.

Art. 3° - Haverá na Comarca de Sarandi, com atribuições definidas:

I - No Foro Judicial:

a) uma (1) Escrivania do Cível;
b) uma (1) Escrivania Criminal;
c) um (1) Ofício de Contador, Partidor, Distribuidor, Depositário Público e de Avaliador Judicial;

d) dois (2) Oficiais de Justiça, sendo que um deles, por designação do Juiz de Direito Diretor do Fórum, exercerá por um (1) ano, alternadamente, as funções de Porteiro de Auditório;

e) um (1) Auxiliar de Cartório Criminal.

II - No Foro Extrajudicial:

a) um (1) Tabelião de Notas, acumulando, precariamente, o Ofício de Protesto de Títulos;

b) um (1) Ofício de Registro de Imóveis;

c) um (1) Ofício de Registro Civil de Nascimento; Casamentos e Óbitos, acumulando, precariamente, os Ofícios de Registros de Títulos e Documentos e de Pessoas Jurídicas.

Art. 4° - Fica criado, para a Comarca de Sarandi:

a) um (1) cargo de Escrivão Criminal;
b) um (1) cargo de Auxiliar de Cartório Criminal;

c) dois (2) cargos de Oficial de Justiça;

d) um (1) cargo de Agente de Limpeza.

Art. 5° - Os artigos 207, inciso V, 209, inciso III, acrescido do n° 92, 210, 56^a, Seção Judiciária e 211, acrescido do número 149, passam a ter seguinte redação:

Art. 207...

V - 92 (noventa e dois) Juizes de Direito de entrância inicial.

Art. 209 ...

III - ...

92^a) Sarandi.

Art. 210 ...

56^a) Comarcas de Nova Esperança, Mandaguáçu, Marialva, Paracaty e Sarandi.

Art. 211 ...

71) Marialva: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Aquidabã, São Miguel do Cambuí e Santa Fé do Pirapó (Município de Marialva e Itambé (Município do mesmo nome).

149) Sarandi: compreendendo o Distrito da sede.

Art. 6° - As despesas decorrentes da criação da Comarca de Sarandi e dos cargos previstos nesta lei, correrão por conta da

dotação orçamentária do Poder Judiciário.

Art. 7º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 27.08.96.

(aa) CÉSAR SELEME - Presidente

HIDEKAZU TAKAYAMA - Relator

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 449/95, de autoria dos Deputados Dr. Rosinha, Emerson Nerone, Péricles Mello, Ângelo Vanhoni e Claudio Romanelli, que institui o Fundo Estadual de Habitação, e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., C.F. E C.O.P.T.C.. Aprovado, artigo por artigo.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria Valdir Rossoni, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) sessões do Projeto de Lei nº 449/95. Retirado pelo autor.

SUBSTITUTIVO GERAL
PROJETO DE LEI Nº 449/95

CAPÍTULO I

Art. 1º - Fica instituída a Política Estadual de Habitação com os seguintes objetivos:

I - articular, compatibilizar e apoiar a atuação dos órgãos e entidades que desempenhem funções na área habitacional;

II - facilitar e promover o acesso à habitação para a população de baixa renda, implementando, inclusive, política de subsídios.

Art. 2º - A estruturação, organização e atuação da Política Habitacional deverá observar as seguintes diretrizes:

I - prioridade para programas e projetos habitacionais que contemplem a melhoria da qualidade de vida da população de menor renda;

II - democratização e transparência de procedimentos e processos decisórios como forma de permitir o acompanhamento, pela sociedade, de sua ação;

III - economia de meios, racionalização de recursos e autosustentação econômico-financeira;

IV - regras estáveis, simples e concisas;

V - adoção de mecanismos adequados de acompanhamento e controle do desempenho dos programas habitacionais;

VI - emprego de formas alternativas de produção e acesso à moradia;

VII - integração dos projetos habitacionais com os investimentos em saneamento, infra-estrutura básica e equipamentos

urbanos relacionados a habitação.

Art. 3º - Para efeito desta, considera-se habitação de interesse social:

I - programas habitacionais destinados ao segmento da população cuja renda familiar não ultrapasse a 08 (oito) vezes o salário mínimo vigente no País;

II - programas habitacionais definidos por: construção de moradias; execução de lotes urbanizados dotados de infra-estrutura; urbanização de favelas; parcelamento de glebas; aquisição de materiais de construção, reformas e recuperação de unidades habitacionais; aquisição de moradia através de consórcio; regularização fundiária; habitação rural; intervenção em habitações coletivas; recuperação de áreas degradadas para uso habitacional;

III - os residentes em áreas de precárias condições de habitabilidade, favelas, palafitas, habitações coletivas de aluguel, cortiços ou áreas de risco.

Art. 4º - A execução da Política Estadual de Habitação será de responsabilidade do órgão estadual na área de habitação - COHAPAR, (ou órgão do Poder Executivo que o substituir), integrada as políticas municipais da habitação mediante a formalização de convênios.

CAPÍTULO II DO CONSELHO ESTADUAL DE HABITAÇÃO

Art. 5º - Fica criado o Conselho Estadual de Habitação, órgão superior, deliberativo, consultivo e fiscalizador, vinculado ao órgão estadual da área de habitação.

Art. 6º - Ao Conselho Estadual de Habitação compete:

I - aprovar as diretrizes, estratégias e instrumentos, bem como fixar prioridades para o cumprimento da Política Estadual de Habitação;

II - analisar, propor e aprovar programas de alocação de recursos do fundo Estadual de Habitação na área de habitação, em consonância com a Política Estadual de Habitação, assim como acompanhar e fiscalizar a gestão desses recursos de acordo com o resultado e desempenho das aplicações realizadas;

III - acompanhar e avaliar previamente todos os projetos habitacionais a serem implantados, bem como fiscalizar o processo de execução dos empreendimentos realizados e em andamento, cabendo-lhe, inclusive, propor ao agente promotor e financeiro a suspensão do fluxo de recursos, caso haja constatação de irregularidades ou o descumprimento dos princípios e normas estabelecidos pela Política Estadual

de Habitação;

IV - avaliar e redirecionar, alterar ou modificar as diretrizes ou condução da política habitacional, de acordo com as recomendações e pareceres fundamentados pelo órgão estadual na área de habitação;

V - estabelecer a política de subsídios e determinar critérios para retornos de parcela de investimentos, fixando condições para repasse de recursos e financiamentos não contemplados por esta lei;

VI - estabelecer critérios para distribuição e aplicação dos recursos do Fundo Estadual de Habitação para os municípios, além de aprovar programas anuais e plurianuais de investimentos a serem apresentados pelos órgãos municipais da área de habitação aprovados pelos Conselhos Municipais de Habitação para a utilização desses recursos;

VII - realizar a gestão econômica do Fundo Estadual de Habitação, bem como o resultado e desempenho das aplicações realizadas;

VIII - constituir Câmaras técnicas setoriais temporárias ou permanentes para responder estas competências, assim como requisitar funcionários da Administração Estadual para consecução de seus objetivos;

IX - elaborar seu regimento interno e submetê-lo à aprovação dos membros do Conselho Estadual de Habitação para sua regulamentação;

X - fixar critérios para admissão de agentes promotores e candidatos a financiamento;

XI - fixar critérios de prioridades para atendimento da demanda habitacional para aqueles municípios que apresentarem o maior índice no déficit de moradia e o maior custo de mercado na locação de imóveis;

XII - priorizar projetos que compatibilizem a relação - redução final dos custos da moradia: diversidade dos projetos arquitetônicos; melhor padrão construtivo; maior área construída; atendimento às necessidades individuais das famílias; proximidade com o centro urbano; infra-estrutura básica (contrapartida da prefeitura); serviços coletivos essenciais;

XIII - fixar os parâmetros e condições para garantir a qualidade mínima da moradia e padrão construtivo mínimo, com metragem útil de 44 m. no mínimo;

XIV - estabelecer a planilha de custo para a construção de unidades e conjuntos habitacionais, fixando o valor máximo a ser pago aos agentes promotores conforme a peculiaridade de cada programa ou região.

Art. 7º - Serão beneficiadas e atendidas as famílias que ainda não tenham sido contempladas com financiamento habitacio-

nal.

§ 1º - Para a concretização do referido no caput deste artigo será realizado e mantido pelo órgão estadual da área de habitação um cadastro de controle;

§ 2º - O cadastro de controle será feito e atualizado com base em relatórios e informações mensais, enviados, obrigatoriamente, pelos agentes promotores e financeiros ao órgão habitacional do Estado. Neste cadastro deverá constar o nome de todas as pessoas que tiveram e têm acesso como beneficiárias de programas habitacionais originários do Estado;

§ 3º - Após a feitura do cadastro, o órgão estadual da habitação - COHAPAR - expedirá certidão comprobatória quanto ao atendimento do beneficiário, positiva ou negativamente, conforme o caso.

Art. 8º - Os agentes promotores que deixarem de atender a obrigação de prestar informações ao cadastro do órgão estadual da área da habitação terão suspensos os repasses de recursos para a realização de novos projetos habitacionais.

Art. 9º - O órgão estadual da área de habitação deverá realizar e manter atualizado o cadastro prévio das empresas loteadoras; loteamentos autônomos; construtoras e incorporadoras que pretendam atender à população de baixa renda do Estado, informando o número de lotes e sua área individual, infra-estrutura disponível e unidades habitacionais com as respectivas áreas unitárias.

Parágrafo Único - As informações referidas no caput deste artigo constituirão em requisitos para a obtenção de certidão comprobatória, que autoriza a aprovação do loteamento de averbação do mesmo junto ao Cartório de Registro de Imóveis.

Art. 10 - Para o cumprimento das funções do Conselho Estadual de Habitação será garantido o acesso às informações da movimentação mensal dos recursos disponíveis e as previsões de arrecadação e aplicação, de modo a lhe permitir reavaliar sistematicamente os programas e projetos habitacionais promovidos pelos agentes promotores e financeiros, bem como orientar a distribuição de recursos, quando for o caso.

Art. 11 - O Conselho Estadual de Habitação será presidido pelo titular da Pasta Estadual da Área de Habitação e será constituído pelos seguintes membros:

I - Secretário Estadual da Área de Habitação ou Presidente do Órgão Estadual da Área de Habitação;

II - 01 (um) representante do Ministério Público Estadual;

III - 01 (um) representante da Associação Paranaense dos Municípios;

IV - 03 (três) representantes do Governo Estadual na área de habitação ou áreas correlatas;

V - 03 (três) representantes do Movimento Popular vinculados à luta pelo acesso à moradia;

VI - 01 (um) representante do Movimento de Defesa dos Mutuários;

VII - 02 (dois) representantes das Centrais Sindicais de Trabalhadores.

§ 1º - Os representantes do Poder Executivo, respectivamente, referidos nos incisos I e IV supra serão indicados e nomeados pelo governador, no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da publicação da presente lei.

§ 2º - Os representantes da entidade civil organizada, referidos nos incisos II, III, V, VI e VII deste artigo, serão indicados pelas respectivas associações de classe, em assembléia geral, e nomeados pelo Governador para compor o Conselho, no mesmo prazo do parágrafo anterior.

§ 3º - O mandato dos membros do Conselho Estadual de Habitação será de dois anos, podendo ser reconduzidos, de imediato, uma única vez;

§ 4º - O exercício das funções dos membros do Conselho Estadual de Habitação não será remunerado, sendo porém, considerado como de serviço público relevante.

Art. 12 - O Conselho Estadual de Habitação reunir-se-á, ordinariamente, a cada 30 (trinta) dias, e extraordinariamente, quando convocado pelo seu Presidente, ou por 1/3 (um terço) de seus membros.

Parágrafo Único - O quórum para as decisões do CEH - Conselho Estadual de Habitação - é da maioria absoluta de seus membros.

CAPÍTULO III

DO FUNDO ESTADUAL DE HABITAÇÃO

Art. 13 - Fica instituído um fundo especial de natureza contábil denominado Fundo Estadual de Habitação, administrado pelo Órgão Estadual da Área de Habitação e depositado no Banco do Estado do Paraná - BANESTADO, com os seguintes objetivos:

I - centralizar os recursos destinados às atividades habitacionais de interesse social no Estado;

II - custear a produção de unidades habitacionais, de lotes urbanizados, aquisição de materiais de construção e estimular a utilização de processos alternativos para a melhoria e barateamento da produção das unidades habitacionais;

III - estabelecer uma política de subsídios.

IV - o fundo estadual de habitação se-

rá fiscalizado pelo Conselho Estadual de Habitação, criado por esta lei.

Art. 14 - Constituirão recursos do Fundo Estadual de Habitação:

I - dotação orçamentária estadual prevista no plano plurianual, através da alíquota de 2% (dois por cento) do Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS);

II - recursos captados de entidades financeiras do Sistema Financeiro da Habitação, do Fundo de Desenvolvimento Social e congêneres;

III - prestações e retornos decorrentes de empréstimos, financiamentos, convênios e outros contratos, conforme política financeira de subsídios do Fundo Estadual de Habitação;

IV - contribuições, doações e convênios de financiamento de organismos internacionais de cooperação;

V - rendas provenientes da aplicação de seus recursos;

VI - contribuições e doações de pessoas jurídicas de direito público e privado;

VII - rendas provenientes do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

VIII - quaisquer outras rendas eventuais.

Parágrafo Único - Os recursos previstos neste artigo, para sua aplicação, respeitarão os princípios e normas definidores das diretrizes da política estadual de habitação aprovados pelo Conselho Estadual de Habitação.

CAPÍTULO IV

DAS APLICAÇÕES DOS RECURSOS DO FUNDO ESTADUAL DE HABITAÇÃO

Art. 15 - Todas as aplicações dos recursos do Fundo Estadual de Habitação terão por objeto fundamentalmente, o acesso à habitação, observados os seguintes critérios:

I - 70% (setenta por cento) no mínimo dos recursos serão atribuídos aos pretendentes com renda de até 05 (cinco) salários mínimos;

II - os recursos remanescentes serão atribuídos aos candidatos com renda de 05 (cinco) até 08 (oito) vezes o salário mínimo vigente no País;

III - os recursos de que trata este artigo serão direcionados a programas e projetos habitacionais que tenham como agentes promotores prioritariamente ao órgão estadual da área de habitação; aos órgãos municipais da área de habitação (COHABs), secretarias, departamentos, diretorias, cooperativas habitacionais vinculadas às organizações comunitárias, associações de moradores, associações de pe-

quenos produtores rurais, sindicatos de trabalhadores, cadastrados no Conselho Estadual de Habitação.

Art. 16 - Será dada prioridade de acesso aos recursos de que trata esta lei para os municípios que constituírem seu conselho municipal de habitação e fundo municipal de habitação, direcionados à implementação de programas habitacionais de interesse social, em que estejam igualmente representados o Poder Público e organizações da sociedade civil.

Art. 17 - Da política de subsídios os critérios estabelecidos para aplicação dos recursos são os seguintes:

I - assegurar que os investimentos realizados tenham retorno ao Fundo Estadual de Habitação;

II - a proporcionalidade inversa entre a renda e o subsídio;

III - o subsídio seja concedido à família;

IV - a diminuição dos custos finais da moradia repassados ao valor dos financiamentos e às prestações do mutuário como custos de obras, encargos financeiros, taxas, emolumentos, seguros e outros;

V - em caso de desemprego involuntário ou de comprovação de não possuir renda mínima para sua subsistência, os beneficiários desta lei e os atuais mutuários do sistema financeiro vinculados ao órgão estadual da área da habitação, poderão requerer a suspensão do pagamento das prestações por um prazo de 06 (seis) meses, a cada período de 36 (trinta e seis) meses, ficando as parcelas suspensas automaticamente transferidas para o saldo devedor.

CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 18 - O Conselho Estadual de Habitação deverá ser instalado no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias a contar da data da publicação desta lei.

Art. 19 - Fica autorizado o Poder Executivo no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da inclusão dos recursos no plano plurianual, a dotar de recursos orçamentários o Fundo Estadual de Habitação.

Art. 20 - Esta lei entrará em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

(aa) DOUTOR ROSINHA

ÂNGELO VANHONI

IRINEU COLOMBO

EMERSON NERONE

PÉRICLES MELLO

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Apoio: José Tavares.

JUSTIFICATIVA:

Trata-se de projeto de lei que visa dar cumprimento ao estabelecido na Constituição Federal em seu art. 23, inciso IX, do qual o art. 12, inciso IX, da Estadual é cópia.

Destarte, a presente proposição institui o "Fundo Estadual de Habitação" e fixa diretrizes à política habitacional do Estado. Instituição constitucional, uma vez que a Carta Política Estadual ressalva em seu art. 135, inciso IV, a vedação sobre vinculação de receita, repartição de arrecadação de impostos a órgão, fundo ou despesa, "salvo as previstas no plano plurianual, a repartição do produto da arrecadação dos impostos do Estado sobre operações relativas à circulação de mercadorias".

Neste sentido, foi previsto e aprovado no plano plurianual o percentual de rateio da arrecadação do ICMS para o aludido fundo; portanto, nada existe de inconstitucional de forma a impedir a normal tramitação do projeto nesta Casa de Leis. Ademais, a competência para dispor sobre tal matéria, segundo o art. 53, inciso XVI da Constituição Federal, é comum.

Por outro lado, vale recordar a importância desta tratativa para a sociedade, vez que o processo de urbanização no Brasil foi extremamente rápido e violento, especialmente na década de 70, em razão de políticas de desenvolvimento e modernização da agricultura com o incentivo ao plantio extensivo e altamente mecanizado de grãos para exportação e de pastagens, em substituição às culturas mais tradicionais e de menor porte, fazendo surgir a agroindústria. Como consequência, desapareceram pequenas propriedades rurais, aumentando o êxodo rural para as regiões urbanas. Somente no Paraná, entre as décadas de 70 e 80, desapareceram cerca de 105.000 (cento e cinco mil) pequenas propriedades rurais, e em contrapartida com os milhares de migrantes se dirigindo para as cidades-pólo do Estado, aumentou o já alto nível de desemprego, de desnutrição, de violência e as precárias condições de habitação.

Regiões como Londrina, Maringá, Cascavel e Paranaguá se constituem em pólos de adensamento populacional acima da média nacional de 1.89 ao ano. Situação de destaque é a Região Metropolitana de Curitiba que comporta hoje 47,47% (quarenta e sete vírgula quarenta e sete por cento) da população do Estado.

Enfatiza-se, portanto, a partir do censo de 1991 (o último oficial) o esvaziamento da maioria dos municípios, sendo que 57% (cinquenta e sete por cento) deles apresentaram taxa de crescimento negativo entre 0,01% (menos um décimo por cento) a -6,9% (menos seis vírgula nove por cento). A estimativa do déficit habitacional, se-

quando dados oficiais é cerca de 800.000 (oitocentos mil) moradias e em Curitiba, próximo a 80.000 (oitenta mil). Só a COHAB de Curitiba tem em fila de espera 41.521 (quarenta e um mil, quinhentos e vinte e uma) famílias, sendo que 55,74% (cinquenta e cinco vírgula setenta e quatro por cento) destas possuíam renda mensal inferior a 3 (três) salários mínimos. Este dado nos remete ao cálculo de que a COHAB precisaria produzir 260.000 (duzentos e sessenta mil) habitações para Curitiba e Região Metropolitana.

A justificativa, segundo informações do Governo Estadual paranaense, reverte aos anos 70 até 91, que demonstram, estatisticamente, que Curitiba cresceu 112% (cento e doze por cento), ao passo que a oferta de habitação popular aumentou em apenas 65% (sessenta e cinco por cento). O índice de crescimento de áreas de sub-habitação na Capital que em 1971 era de 21 (vinte e uma) áreas, em 1993 este número cresceu para 179 (cento e setenta e nove) áreas. O índice de crescimento, portanto, foi de 1.110,62% (um mil, cento e dez, vírgula sessenta e dois por cento). Segundo dados do IPARDES, em 1995, dos 370 (trezentos e setenta) municípios existentes no Paraná, 235 (duzentos e trinta e cinco) se enquadram na qualificação sobre habitação "em condições muito críticas" ou "críticas". Isto remonta um quadro bastante caótico, sendo que no Estado 63,5% (sessenta e três vírgula cinco por cento) dos municípios, e por consequência sua população, vivem dias de muito sofrimento, sem a perspectiva definitiva de poder ter sua própria habitação. A situação é tão grave que tomamos como exemplo Curitiba, em que 20% (vinte por cento) de sua população vive em áreas de ocupação não regularizadas.

Para tanto, se vê a urgente necessidade de um amplo debate na sociedade paranaense, com os setores envolvidos, para que se tomem medidas concretas, aliviando assim o temor e o clima de insegurança vivida por uma parcela significativa dos cidadãos paranaenses.

O acesso à moradia encontra-se entre os principais problemas sociais enfrentados pela sociedade humana. A situação atinge tamanha proporção que a ONU convocou a Segunda Conferência Mundial sobre Assentamentos Humanos. O Encontro Paranaense para o Habitat II mostrou que o Paraná e, principalmente, a Região Metropolitana estão inseridos neste contexto internacional.

Logo, bastante oportuna a instituição do "Fundo Estadual de Habitação", que visa, objetivamente, garantir mecanismos permanentes para o financiamento de habitações populares em âmbito estadual, via

garantias de investimentos no setor de moradia popular a fim de beneficiar às populações mais carentes do Paraná, que têm sido, sistematicamente, vítimas da falta de uma política nacional nesta área.

ITEM 04

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 102/96 de autoria do Deputado Algaci Túlio que declara de Utilidade Pública a Associação das Federações Desportivas Amadoras do Paraná, AFEDAP com sede e foro nesta capital. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.

ITEM 05

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 185/96 de autoria do Deputado Ricardo Chab que dispõe sobre as multas de mora, nas áreas de Atividade de Prestação de Serviços Públicos ou Relações de Consumo de Competência Legislativa do Estado do Paraná. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. EM REGIME DE URGÊNCIA.

SUBSTITUTIVO GERAL DE PLENÁRIO PROJETO DE LEI N° 185/96

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1° - As multas de mora por inadimplimento de obrigações no seu termo por consumidores de bens ou de serviços, aplicadas por fornecedores, não poderão ser superiores a 0,0667% (zero vírgula zero seiscentos e sessenta e sete por cento) do valor da prestação, por dia de atraso, até o limite mensal de 2% (dois por cento).

Parágrafo Único - Para os efeitos deste artigo consumidores e fornecedores são aqueles definidos nos artigos 2° e 3° da Lei n° 8.078 de 11.09.90.

Art. 2° - Os tributos estaduais não pagos no vencimento serão acrescidos da multa de mora de 2% ao mês, sem prejuízo dos juros moratórios e demais penalidades estabelecidas na legislação em vigor.

Art. 3° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1° de janeiro de 1997 em relação ao artigo 2° e na data de sua publicação em relação ao artigo 1°, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28.08.96.

(a) RICARDO CHAB

Apoiamento: Jocelito Canto, Valdir Rossoni, Antonio Annibelli e Cezar Silvestri.

JUSTIFICATIVA:

O presente Substitutivo Geral ao Projeto de Lei n° 185/96, visa compatibilizar o projeto original aos textos legais em

tramitação no Senado Federal, como os projetos de lei do Senador Francelino Pereira. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 06

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 317/96 de autoria do Deputado César Seleme que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede e foro no Município de Tapejara. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 07

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 323/96 de autoria do Deputado Luiz Accorsi que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Ângelo Volpato, com sede e foro na Cidade de Curitiba. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 08

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 342/96 de autoria do Deputado Anibal Khury que declara de Utilidade Pública o Conselho Comunitário de Desenvolvimento Assistencial, Educacional e Cultural - CODAEC, com sede e foro nesta Capital. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 09

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 347/96 de autoria do Deputado Marquinhos Alves que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres Dom Bosco, da Escola Estadual Theobaldo Miranda Santos, com sede e foro no Município de Maringá, Estado do Paraná. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 10

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 355/96 de autoria do Deputado Beto Richa que dispõe sobre a segurança nos caixas eletrônicos e 24 horas no âmbito do Estado do Paraná. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.**

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) sessões do Projeto de Lei n° 355/96. Retirado pelo autor.

ITEM 11

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 368/96 de autoria do Deputado Anibal Khury que declara de Utilidade Pública a Associação das Mães Carentes e Colaboradores de Pontal do Sul - AMACAR, com sede em Pontal do Sul e foro no Município de Paranaguá. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Sobre a mesa, requerimento n° 860, de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 861, de autoria do Senhor Deputado Antonio Annibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 864, de autoria do Senhor Deputado Nelson Tureck, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 865, de autoria do Senhor Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 867, de autoria do Senhor Deputado Antonio Annibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. JOAO TECHY FILHO (Pela Ordem) - Queria só comentar o falecimento do Senhor Hilário Bezrutchka. Ele foi candidato a Deputado Federal pelo PMDB nas eleições anteriores, e vou colocar amanhã o voto de pesar.

Só queria esclarecer, inclusive aos peemedebista, que houve a perda do partidário Hilário Bezrutchka.

Também da comunidade Ucraniana. Faleceu em acidente automobilístico.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Perfeitamente associado pela Mesa Executiva, os sentimentos expostos por Vossa Excelência, e todos deste Plenário.

O SR. IRINEU COLOMBO (Pela Ordem) - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Notei que num dos Requerimentos que passou, tratava-se de telefone público. Daí me recordei de uma reclamação aqui de Curitiba. Como viemos do interior para cá, acabamos também percebendo os problemas desta cidade.

E aí quero deixar uma sugestão aos candidatos a prefeito aqui de Curitiba e, muito especialmente, ao meu querido amigo, colega e irmão Vanhoni - candidato em franca ascensão - dizendo da importância de discutir aqui em Curitiba o telefone público. Ali no Juvevê, se você procurar, vai encontrar dois telefones públicos, e um está quebrado. O outro está dentro de uma farmácia, e se a farmácia estiver fechada, o cara não usa.

Enfim, acho que tem que começar a discutir aqui, que telefonia no Paraná, especialmente em Curitiba, quando se fala em telefone público, é para atender o povo. Se não, não vamos ter a comunicação para alguns. O camarada precisa de um so-

corro, o 190 não funciona porque não tem de onde ligar. E quem precisa de um socorro não são os abastados, evidentemente, são os mais pobres.

Então, vamos fazer com que Curitiba tenha telefone público não dentro de farmácia, dentro de mercado onde fique trancado e nem estejam quebrados. Pode ser de cartão ou de ficha.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - O Deputado Orlando Pessuti vai reforçar o seu pedido.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, trata-se da reunião da Comissão de Agricultura, num trabalho conjunto com a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Paraná, onde se discute a questão da agricultura familiar. Todos nós sabemos que a nível nacional instituiu-se o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - o PRONAF. Mas, para que ele possa ser viabilizado, há a necessidade de instituir-se Conselhos Estaduais, Conselhos Municipais e haver, evidentemente, o engajamento de todos os segmentos da sociedade. E a Assembléia Le-

gislativa, através da Comissão de Agricultura, presidida pelo Deputado Augustinho Zucchi, coordena hoje, esta reunião, junto com a FETAEP e com a presença, inclusive, do Dr. Murilo Flores, ex-Presidente da FMBRAPA, hoje um dos Secretários Executivos do Ministério da Agricultura, que comparece à Assembléia para prestar esclarecimentos.

Então, os Senhores Deputados estão convidados a participar desta reunião que está acontecendo agora, no Plenarinho da Assembléia.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 02, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

- 2.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.ºs 278, 353, 354, 356 e 373/96.
- 1.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.ºs 319 e 320/96.

Levanta-se a sessão.